



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ata n.º 14

Ao décimo quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia do Bonfim em Sessão Ordinária, no Salão Nobre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata nº 13.
2. Apreciação e votação dos documentos de prestações de contas do ano de 2020.
3. Apreciação dos bens do inventário, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação.
4. Apresentação e discussão do relatório do estatuto do direito de oposição.
5. Discussão e aprovação do orçamento colaborativo – 2021.
6. Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/12/2020 a 28/02/2021, bem como da sua situação financeira.
7. Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

Após confirmada a existência de quórum, a **Sra. Presidente da Assembleia** dirigiu uma palavra de saudação a todos os presentes e seguidamente fez a chamada.

Feita a chamada, verificaram-se as seguintes ausências e substituições:

- **Lilia Sofia Pinto Guedes de Manuel Sá e Silva – Bancada – PNP/RM** – faltou e justificou, tendo sido substituída por **Ricardo Sousa Martins**.
- **João Nuno Pinheiro Miranda – Bancada – PPD/PSD** – Faltou e justificou, tendo sido substituído por **Joana Cardoso Brito Montenegro**.
- **José Joaquim da Silva Lachado – Bancada – PS** – Faltou e justificou, tendo sido substituído por **Fernando Ernesto Cardoso Monteiro**.
- **Maria Luisa dos Santos Alves da Cunha – Bancada – BE** – Faltou e justificou, tendo sido substituída por **Fernando José Leite de Oliveira Queiroz**.
- **António Rui Bomba Pais – Bancada – PS** – Faltou e justificou, tendo sido substituído por **Carolina Fernanda de Almeida Correia**.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

- **Manuel de Sousa Ribeiro – Bancada – PS** – Faltou e justificou.

A **Sra. Presidente da Assembleia** deu início ao período antes da ordem do dia, questionando quem do público presente pretendia usar da palavra. Não tendo havido inscrições por parte deste, questionou quem dos membros da Assembleia pretendia usar da palavra. Solicitaram o uso da palavra dois deputados.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – no uso da palavra, dirigiu uma saudação a todos os presentes e deu início à leitura da Moção – 25 de abril, que leu na íntegra – **Anexo I.**

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – dirigiu uma saudação a todos os presentes e disse que a liberdade é um valor supremo e que a democracia está consubstanciada nessa mesma liberdade. Afirmou não gostar de extremismos, que normalmente são sinónimo de miséria. Continuou, afirmando que os poderes totalitários ao longo da história infligiram graves crimes contra a humanidade e que o passado é exemplo disso. O tipo de moção apresentada deveria ser projetada para o futuro, com mais ênfase na melhoria da democracia vindoura. Concluiu, dizendo que rebater o passado já não é uma forma promissora de olhar para o futuro, sendo necessário fomentar uma atitude mais promissora e abrangente para se evoluir, no futuro.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a Moção – 25 de Abril, tendo esta sido **Aprovada** com sete votos a favor do PS, BE e CDU e dez abstenções do PNP e PSD.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – deu início à leitura da Moção – 1.º de Maio – **Anexo II.**

Entrou na sala o Sr. Deputado Gonçalo Mendes.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – dirigiu uma saudação a todos os presentes e salientou a situação de desconfinamento. Relativamente à moção apresentada, disse estar de acordo, mas quis esclarecer que as juntas de freguesia não foram avessas às necessidades dos seus fregueses no que respeita ao apoio relacionado com o COVID19. Tanto o governo como os partidos políticos e ainda as juntas de freguesia desenvolveram esforços de combate à pandemia. Relativamente à moção, pensa que



Assembleia de Freguesia do Bonfim

deveria de haver algumas correções. Exaltou ainda que a Junta fez grandes esforços e foi um exemplo. Um dos grandes exemplos também está relacionado com a taxa de desemprego que não disparou de forma exorbitante, fruto do trabalho do governo, sendo uma grande vitória, olhando à difícil situação que se está a atravessar.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – disse que a crise pandémica veio acentuar as relações de trabalho. As implantações de algumas medidas pelo governo deram algumas saídas, mas que não foram suficientes. A questão do lay-off simplificado e a questão dos despedimentos deveriam ter sido geridos de forma mais correta e clara. Continuou dizendo que prevê, no futuro, a aproximação de despedimentos, principalmente a partir das pequenas e médias empresas. Disse ainda que nem tudo foi salvaguardado para preservar os direitos dos trabalhadores. Uma outra importante matéria tem a ver com o teletrabalho que não teve a proteção devida por parte do governo, dando origem a abusos por parte das empresas em relação aos seus colaboradores. Resumidamente disse que o lucro das grandes empresas está a aumentar, contrariamente aos rendimentos dos trabalhadores que, se não estão a diminuir, pelo menos estão estagnados. Concluiu que a boa vontade do governo não foi, nem é suficiente para colmatar nem as necessidades das pequenas e médias empresas, nem dos trabalhadores. Disse ainda que há muito mais para ser tratado nesta matéria e que é preciso implementar meios capazes de dar respostas a estas necessidades.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a Moção – 1º de Maio, tendo esta sido **Aprovada** com cinco votos a favor do PSD, BE e CDU e treze abstenções do PNP e PS.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – no uso da palavra, apresentou a Proposta de Recomendação – Uso do ramal da linha da Alfandega - **Anexo III**.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves** – deu início à sua intervenção com uma saudação a todos os presentes e, disse que a propósito da recomendação, a decisão é da Câmara e data de 22 de junho de 2020, e que é uma decisão de grande complexidade. Há necessidade de dar uso àquela infraestrutura. A criação do alfa pendular é uma matéria que envolverá o governo, no entanto, o importante é dar uma utilidade ao ramal. A Câmara investirá numa ecopista para que seja útil para a sociedade civil.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – disse que o Sr. Presidente da Câmara tem uma perspetiva relativa do Ramal, no entanto a CDU também tem uma ideia sobre o que poderá vir a ser o Ramal. A CDU apresentou na Assembleia da República um projeto que tem como objetivo privilegiar a mão-de-obra e o know-how português. Continuou, dizendo que o interesse também se prende com a introdução de uma discussão pública, a ideia de utilização da ferrovia como um motor de desenvolvimento na produção nacional, na eficaz modernização de transportes, amigo do ambiente, de massas. A pretensão quanto ao ramal é de uma utilização como em tempos passados, a continuidade da ferrovia para o transporte de passageiros. Num outro âmbito, a ferrovia ligaria a cota baixa à cota alta e mais do que isso, seria integrada no sistema nacional ferroviário. Não estando plasmada neste documento a reabilitação da linha de Leixões, sendo esta uma estrutura que sofreu algumas alterações inovadoras, mas que, mesmo assim ficou aquém das suas potencialidades. Sendo a Estação de Campanhã uma interface de várias linhas, principalmente do norte e, sabendo-se que pouco mais se poderá alargar, mais uma razão para não se desperdiçar novecentos e trinta mil euros com a ecopista. Concluiu, dizendo que o projeto que a Câmara pretende para o local, logo à partida não oferece segurança e não se vê a utilidade a longo prazo.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PNP / RM – Gonçalo Mendes** - saudou todos os presentes e começou por dizer que provavelmente se estará a remar contra a maré, visto que o projeto já está definido. Acredita que o projeto da ecopista não está feito numa mera ideia especulada, portanto terá que ter algum sentido pragmático. A ecopista até poderá não vir a ter um percurso tão comprido e coberto. Reconhece ainda ser uma questão pertinente para a freguesia e para a cidade, visto que se trata de um marco histórico da via ferroviária nacional. Realçou ainda que é importante diminuir o fluxo de máquinas na cidade, em benefício da descarbonização e que no futuro o fluxo de ferrovias seja privilegiado. Disse ainda que, quanto à ideia inicial, a Câmara empregará os seus melhores técnicos para que se projete algo que seja atrativo, com melhor segurança e de utilidade comunitária.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – disse ser extemporâneo o projeto porque, olhando ao investimento previsto, se no futuro fizeram novas alterações, logo traduzir-se-á em despesas acrescidas. Explicou ainda que se decidirem fazer a ecopista, não crê que num futuro próximo se venha a fazer novas alterações ao projeto edificado. Se for para ser conforme o previsto, pelo menos que se faça algo apelativo e de interesse público, contemplando principalmente as áreas de lazer e da cultura.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O **Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves** – disse que o esforço orçamental será bem empregue e, entre não se fazer nada e deixar ao abandono, o melhor é o projeto ser realizado. Sempre trará mais-valias revitalizando a zona. Afirmou ainda que a CDU apresentou um plano para o ramal e tendo contatos privilegiados com o governo, melhor seria dirigir a questão ao ministério das infraestruturas questionando qual a razão de ainda não ter revitalizado o ramal da alfândega ao longo deste tempo. Disse não se recordar de alguma informação, relativa ao ramal, por parte do ministério para atribuir investimento no local. Terminou, dizendo que se não há ação por parte do governo, a câmara criará meios para o fazer.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – em sequência do assunto em discussão, acredita ser uma solução, um mal menor. Discorda que seja uma solução permanente. Sublinhou que em questões de segurança, cre que ser inviável. Afirmou que a ferrovia é sem margem de dúvida o transporte do futuro. Quanto à questão relativa ao interesse por parte do ministério e sua possível apreciação, a este não lhe cabe essa pretensão, pois o assunto pertence à Câmara do Porto que por sua vez deverá levar ao ministério.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – disse que em nome da CDU o ideal seria a população dar a sua opinião ao invés de uma solução definitiva assumida pela Câmara. Ressaltou ainda a valoração pelo número de quilómetros dos tuneis do Metro, comparativamente com os túneis do ramal da alfândega. O importante é criar e desenvolver uma estrutura eficiente de transporte coletivos para servir a população.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a Proposta de Recomendação, tendo esta sido **Reprovada** com oito votos a favor do PSD, PS, BE e CDU, duas abstenções do PSD, oitos votos contra do PNP e o voto de qualidade (contra) da Sra. Presidente da Assembleia.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – salientou a questão relativa às obras a decorrer na Avenida Fernão de Magalhães, questionando a excessiva demora quanto à sua conclusão. Questionou e salientou as discrepâncias entre a obra e o projeto inicial, principalmente no início da avenida, junto ao Campo 24 de agosto. Informou ainda que várias pessoas têm vindo a comentar que as obras não estão de acordo com o projetado inicial. Perguntou ainda, relativamente à Unidade de Saúde de Nova Sintra, se



Assembleia de Freguesia do Bonfim

havia informação sobre o facto de esta Unidade ter vindo a recusar novos utentes locais, direcionando-os para outras Unidades mais distantes.

O **Sr. Presidente do Executivo** – em resposta à questão das obras decorrentes na Avenida Fernão Magalhães, tendo já prestado informações em sessões anteriores sobre o respetivo decurso, reforçou que o Executivo, mesmo não sendo o responsável direto pela execução da obra, tem continuado a diligenciar regularmente junto da Câmara Municipal no sentido de recolher dados quanto ao ponto de situação em que se encontram as obras no sentido de poder fornecer o máximo de esclarecimentos possíveis à população Bonfinense. O último ponto da situação recolhido foi de que as obras possivelmente terminarão em abril deste ano. Recordou que em anteriores assembleias já foram postas questões idênticas e recordou ter dito que a obra esteve condicionada por vários fatores, nomeadamente porque houve trabalhadores com problemas de saúde relacionados com o Covid-19, que deram origem a duas paragens de duas semanas cada um. Um outro problema teve a ver com a morfologia do subsolo que, inesperadamente revelou condições para as quais a Câmara não estava preparada.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por finda a discussão do período antes da Ordem do Dia e deu início aos trabalhos da Ordem do Dia.

Ponto Um da Ordem de Trabalhos – Aprovação da Ata N.º 13.

A **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a Ata nº 13, tendo esta sido **Aprovada** por unanimidade.

Ponto Dois da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação dos documentos de prestações de contas do ano de 2020.

O **Sr. Presidente do Executivo** – interveio dizendo que, os documentos apresentados são suficientemente elucidativos. Salientou ainda que o Executivo sempre procura gerir com respeito (contas à moda do Porto) e tem-no executado com rigor. O ano 2020 apresentou-se fora do normal, por razões óbvias. As prioridades foram canalizadas, como se compreenderá, para os pelouros da Saúde, Coesão Social e Educação, em função da situação de pandemia com o intuito de apoiar o maior número de pessoas que revelaram sérias carências. O pelouro da Cultura, não sendo menos interventivo, não teve tanta despesa, mesmo assim procurou de forma paralela dar o seu melhor apoio. Apesar disso, o



Assembleia de Freguesia do Bonfim

fator de segurança financeira, consensualmente aceite pelas forças partidárias, este ano, ultrapassou o valor previsto, mas, entretanto, aguarda-se pelo que poderá futuramente vir a acontecer, nomeadamente no contexto do Covid-19 e suas respetivas repercussões. Relativamente ao orçamento, o valor considerado foi estabelecido em respeito pelas receitas previstas como certas. As propostas dos senhores Vogais eram superiores pelo que é previsível ter que vir a proceder-se a uma revisão orçamental com inclusão de parte do saldo transitado. Para além disso, procurar-se-á também colmatar situações de carência no seio da população bonfinense.

O Membro da Assembleia da Bancada do BE – Fernando Queirós – dirigiu uma palavra de saudação a todos os presentes e seguidamente salientou que o ano corrente é na verdade um ano anormal, se fosse normal, discutir-se-ia as taxas de execução nas diferentes rubricas. Se assim fosse, logo se concluiria que houve pelouros que tiveram menor despesa do que outros. Os gastos abaixo orçamentados de alguns pelouros têm razão de ser em relação ao ano transato. O dado mais relevante em relação ao grau de execução da despesa é o valor de oitenta e seis e meio por cento. Numa situação normal, uma taxa de execução da ordem de oitenta e seis e meio por cento é, normal. Acontece que o ano transato foi profundamente anormal. Seria normal que todos os fundos que a Junta estava autorizada a utilizar, com a aprovação do orçamento, tivessem sido mobilizados para apoio às situações mais periclitantes. Questionou ainda por que razão as verbas poupadas não transitaram para os pelouros que tiveram maior esforço, inclusive os fundos da Coesão Social que não foram integralmente gastos visto ter existido uma poupança na ordem dos treze mil euros.

O Sr. Presidente do Executivo - disse já ter explicado esta questão na sua anterior intervenção, mas, apesar disso, acrescentou alguns esclarecimentos dizendo que, por exemplo, o pelouro da cultura foi o que menos atividades teve, devido às conhecidas contingências. Explicou ainda que é normal a Junta fazer dois passeios anuais, dedicados aos seniores desta freguesia, o que não aconteceu em dois mil e vinte por razão óbvia não se concretizando por isso o respetivo custo. Garantiu ainda que não houve ninguém com elevada carência que se tenha dirigido à junta a solicitar apoio e que não lhe tenha sido concedido, dentro dos devidos requisitos que o serviço social naturalmente avalia. Houve um aumento exponencial de refeições e cabazes distribuídos (bens de primeira necessidade) e até roupas de uso pessoal entre muitas outras utilidades. Outros apoios foram também concedidos, nomeadamente isenção das rendas durante o confinamento para os inquilinos de instalações da Junta. Contemplou-se alunos carenciados com computadores e acesso à rede para o ensino à distância. Poder-se-á dizer que a Junta



Assembleia de Freguesia do Bonfim

também não negligenciou as necessidades dos seus jovens. Ainda bem que existe capital, porque e logicamente virá ser aplicado no decorrer deste e no próximo ano também, e de novo, olhando à grave crise social resultante da saúde pública que se está a atravessar.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia - no uso da palavra disse estar de acordo com o comentário do Sr. Presidente, que, “as vezes está-se preso por ter dinheiro, e por não ter”, e que quando se está na oposição cai-se nessa tentação. Afirmou que o ano é verdadeiramente excepcional. Disse ainda que não estava de acordo com o projetado para o ano dois mil e vinte. Reconhece que grande parte do previsto não se concretizou. A taxa de execução orçamental pode ser questionada a nível de execução, e que provavelmente não haveria um reforço do ano transitado, mas entende-se a razão do nível de execução. Acredita que os serviços da Junta deveriam ter reforçado os contactos na rua e detetar a pobreza envergonhada e aqueles que por desconhecimento não sabem a quem se dirigirem. Seria aqui que o capital disponível deveria ter sido aplicado, o que não seria mal gasto. Questionou ainda em que moldes os subsídios foram atribuídos, nomeadamente na área do desporto. Questionou ainda se a Junta criou algum apoio extraordinário que vá de encontro às necessidades acrescida das coletividades, relativas ao ano corrente, garantindo assim a sobrevivência dessas coletividades. Num outro âmbito, recordou em que ponto se encontrava o protocolo de parceria com a Junta de Campanhã.

O Sr. Presidente do Executivo – respondeu à intervenção do Sr. Deputado dizendo que os serviços sociais têm em mente os casos mais complexos, nomeadamente a pobreza escondida e a tentativa de deteção de pessoas que revelam vergonha em pedir apoio à Junta. Quanto à questão do desporto, conforme consta na informação trimestral, o vogal do desporto está a estudar uma forma de apoiar esses organismos, não na vertente desportiva, dado a situação atual, mas sim nas despesas fixas para que estas não fragilizem e colapsem. Provavelmente virão a ser apresentados protocolos neste âmbito já na próxima assembleia. O Executivo usará o valor transitado para ser aplicado com a devida justificação em ações que se apresentem emergentes.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação o documento, tendo este sido **Aprovado** com onze votos a favor do PSD e PNP, seis abstenções do PS e CDU e um voto contra do BE.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ponto Três da Ordem de Trabalhos - Apreciação dos bens do inventário, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação.

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte.

Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos - Apresentação e discussão do relatório do estatuto do direito de oposição.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** - disse que na sua opinião este Relatório é insuficiente e que a oposição deveria ter mais espaço para usar as vias oficiais de comunicação da Junta, ficando assim a democracia mais beneficiada.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – não sendo novo o assunto, disse que a questão tem a ver com a redação de um relatório anexado, insistindo que seria útil explanar o relatório pelas diversas forças políticas.

O **Sr. Presidente do Executivo** – disse que a Junta sempre expressou o seu devido respeito pelas forças políticas e que sempre foi exemplo em tomar iniciativas. Salientou também que não existe nenhum residente que se tenha dirigido ao Presidente desta Junta que ficasse por ser atendido. Mais acrescentou que os Srs. Deputados têm as portas sempre abertas, seja para o que for e que podem e devem apresentar as suas ideias. Mais disse que não é só numa assembleia que se deverão apresentar as ideias. Em outras situações do quotidiano podem e deveriam apresentar as próprias ideias, que seguramente serão acolhidas, sempre que exequíveis e se enquadrem nos princípios que a Junta defende. Já houve exemplos no passado. Assim, conforme o Presidente contacta as forças partidárias para consensualizar assuntos relevantes, estas por sua vez também têm o direito e o dever de o fazer.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte

Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos - Discussão e aprovação do orçamento colaborativo - 2021

O **Sr. Presidente do Executivo** - esclareceu que o documento já foi em devido tempo aprovado pelos Srs. Deputados. Na presente minuta, apenas faltava a lista com os projetos escolhidos pelo júri. A Câmara, este ano, decidiu que só aceitaria o documento quando este



Assembleia de Freguesia do Bonfim

fosse validado nas várias Assembleias de Freguesia, tendo em conta a experiência do ano anterior em que algumas Assembleias de Freguesia votaram contra os projetos eleitos.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou documento à votação, tendo sido **Aprovado** por unanimidade.

Ponto Seis da Ordem de Trabalhos – Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/12/2020 a 28/02/2021, bem como da sua situação financeira.

O **Sr. Presidente do Executivo** – no uso da palavra disse que o documento é perfeitamente elucidativo, estando aberto para qualquer dúvida que desejem apresentar.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte

Ponto Sete da Ordem de Trabalhos - Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – questionou a forma dos subsídios atribuídos às instituições e, nomeadamente, no que respeita ao apoio à Benéfica Previdente e se estas ainda mantêm o apoio domiciliário às pessoas que contraíram o vírus COVID19. Questionou também se neste contexto, a parceria com a Junta de Campanhã ainda está em aberto. Relativamente ao protocolo com a Associação DIGNITUDE, qual o balanço até agora e quais as perspetivas de futuro.

A **Vogal do Executivo – Pelouro da Saúde** – no início da sua intervenção saudou todos os presentes e explicou que o protocolo com a Benéfica ainda se mantém em vigor. O protocolo com a DIGNITUDE está direcionada para a Ação Social, tratando-se de um apoio a doentes crónicos em que a junta apoia para minorara as necessidades desses doentes.

Finda a Ordem de Trabalhos, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminado o Período da Ordem do Dia e solicitou ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa que procedesse à leitura da ata minuta. Após a sua leitura colocou a ata minuta à votação, tendo esta sido **Aprovada** por unanimidade.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

A **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminada a Assembleia de Freguesia, agradecendo a todos os Membros da Assembleia pela prestação dos trabalhos realizados, como também ao Executivo e ao público presente.

A PRESIDENTE DA MESA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO



MOÇÃO

Comemorar o 1.º de Maio, valorizando o trabalho e os trabalhadores!

O Dia Internacional do Trabalhador, dia de luta e de solidariedade, é um acontecimento inapagável da luta da classe operária e de todos os trabalhadores, a nível mundial.

Com profundas raízes históricas, assentes na luta do operariado americano, pela redução do horário de trabalho para oito horas/dia (48 semanais), iniciada em 1 de Maio de 1886 e violentamente reprimida, o 1.º de Maio é o dia em que trabalhadores de todo o mundo se unem na defesa das suas reivindicações concretas e na exigência do respeito pelos direitos sindicais, sociais e laborais pelos governos e pelo patronato.

O impacto da luta junto dos trabalhadores em todo o mundo, levou os Congressos Socialistas de 1889, em Paris, em homenagem aos mártires de Chicago, a declararem o 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador, decidindo que todos os anos e para sempre, a partir de 1890, a classe operária apresentaria ao poder público e ao patronato as suas reivindicações.

Nestes 131 anos, com ou sem liberdade, com mais ou menos força e intensidade, o 1.º de Maio tem sido um marco na história da luta organizada dos trabalhadores. As reivindicações de então, assim como a essência da luta de classes, que opõe o trabalho ao capital, continuam actuais.

Este ano, vamos novamente comemorar este 1.º de Maio num cenário social de grande complexidade, no contexto do surto pandémico que inspira cuidados a todos, mas atinge de forma particular os trabalhadores.

São os trabalhadores que estão na linha da frente do combate à pandemia, assegurando os serviços de saúde, os serviços públicos e sociais, a produção, a logística e distribuição de bens e os serviços essenciais, prova inequívoca de que sem os trabalhadores nada funciona, inclusive a economia.

Apesar disso, são eles os mais afectados pelas investidas levadas a cabo pelo patronato para aprofundar a exploração e por medidas políticas, económicas e sociais desequilibradas, insuficientes e ineficazes do Governo.



São disso exemplos, o número crescente de trabalhadores desempregados, seja por via dos vínculos precários ou por via dos despedimentos colectivos, a constante tentativa de desregulação e alargamento dos horários de trabalho, a imposição de férias forçadas, de cortes no subsídio de refeição e a transferência de obrigações e custos dos patrões para os trabalhadores em teletrabalho.

As comemorações do 1.º de Maio devem ser um momento para valorizar o trabalho e os trabalhadores, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões e lutar pela efectivação dos direitos individuais e colectivos.

O futuro do trabalho e do país só se garante tendo como eixos fundamentais a valorização do trabalho e dos trabalhadores e a criação de emprego com direitos!

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia do Bonfim, reunida a 15 de Abril de 2021, delibera:

1. Saudar o 1.º de Maio e as suas conquistas laborais, bem como a Constituição da República Portuguesa que delas emanou, apelando aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se associarem às suas comemorações.
2. Enviar a presente Moção para a Assembleia Municipal do Porto e para todas as forças partidárias nela representadas, caso aprovada por esta Assembleia.

Porto, 15 de Abril de 2021

**O Eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária
Na Assembleia de Freguesia do Bonfim**



ANEXO III

Reprovada

8 votos a favor PSD/PS/BEI/COI

2 Abstenções: PSD

8 votos contra PVP

reprovada com o voto de
fidelidade do Presidente da
Assembleia (contra)

15.04.21

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Discussão Pública sobre o uso do Ramal da Alfândega

Tendo em conta que:

1. A Câmara Municipal do Porto (CMP) tornou pública a decisão de aproveitar o Ramal da Alfândega – canal ferroviário com 4 km de extensão que liga a estação de Campanhã (o grande centro intermodal da cidade e da região) à Alfândega, em pleno centro histórico da cidade –, lançando duas alternativas para o uso do ramal: um percurso para peões e ciclistas (conhecido por "ecopista"), ou uma ligação rápida através de um transporte pendular, confortável e eléctrico.
2. Nessa altura, a CMP afirmou que a decisão iria ser tomada pela cidade, após um debate público alargado;
3. No dia 22 de Junho de 2020, o executivo da Câmara Municipal do Porto anunciou a decisão de avançar já para a instalação de uma ecopista temporária enquanto não se decide o que fazer ao ramal, investindo cerca de 930.000,00 € nessa solução;
4. Dado o investimento avultado previsto para a instalação da ecopista, reaceamos que uma solução temporária nos condene a ficar com ela em definitivo; e que, não obstante as boas intenções do executivo camarário, acabe por ser uma forma de tomar uma decisão sem ter que a assumir e sujeitar a discussão.

E tendo ainda em consideração que:

- a) A opção pela ecopista, para além de obrigar os seus utilizadores a tarefa nada fácil de subir 63 metros ao longo de 4 km e percorrer 1327 metros num túnel entre a Alfândega e a Ponte do Infante, com eventuais questões de segurança dentro do túnel, ainda que bem iluminado, é um percurso, em grande medida, redundante com aquele que já existe 30 metros abaixo, paralelo ao ramal e com capacidade para receber milhares de peões e ciclistas: a ciclovia e caminho pedonal na Avenida Gustavo Eiffel entre a Ponte D. Luís e a Ponte do Freixo;



- b) Segundo o próprio executivo da CMP, “a ligação rápida entre Campanhã e a Alfândega constituiria um serviço de mobilidade inédito entre estes dois polos de elevada atracção urbana, tendo como principal objectivo a redução do número de veículos motorizados que entram diariamente na cidade.” Em Campanhã está a ser construído um grande terminal intermodal cujo alcance geográfico passará a incluir o centro histórico do Porto;
- c) O Porto não se pode dar ao luxo de continuar a sub-aproveitar uma infraestrutura que liga a parte alta da cidade à parte baixa, e esta aos comboios suburbanos, de longo curso e Metro do Porto.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia do Bonfim, reunida a 15 de Abril de 2021, independentemente da posição que cada um dos seus membros tenha sobre a solução a adoptar – e a posição da CDU é que se deverá privilegiar a solução de transporte público –, delibera:

- I. Recomendar à Câmara Municipal do Porto que suspenda a instalação da ecopista temporária no Ramal da Alfândega e promova debates públicos alargados em todas as freguesias ou uniões de freguesia da cidade, designadamente naquelas que são atravessadas pelo mesmo, envolvendo as forças políticas, especialistas na área dos transportes e mobilidade e a população do Porto;
- II. Que estes debates sejam amplamente divulgados junto dos moradores nos diversos territórios da cidade, convidando-os a assistir aos mesmos, e realizados em espaços que permitam essa assistência;
- III. Enviar a presente Proposta de Recomendação para a Assembleia Municipal do Porto e para todas as forças partidárias nela representadas, caso aprovada por esta Assembleia.

Porto, 15 de Abril de 2021

**O Eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária
Na Assembleia de Freguesia do Bonfim**

CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Anexo I

Apzorada

7 votos favor PS/Bé/CDU

10 Absenças? PNP/PSD

15.04.21

MOÇÃO

Sobre o 25 de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais,

Com a Revolução de Abril foi derrotado o obscurantismo, a opressão, o esmagamento das liberdades, a limitação dos direitos fundamentais, a marginalização dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e do povo da vida política. O fascismo era miséria, fome, trabalho infantil, repressão, guerra, ódio, degradantes condições de vida, de saúde e de habitação, segregacionismo cultural, elitismo, analfabetismo, ensino reservado para uns poucos e condicionado para a grande maioria da população, salários de miséria, subordinação dos interesses do País e do povo aos interesses de uma minoria de grandes monopolistas e latifundiários, alienação do interesse nacional aos interesses do grande capital e do imperialismo.

Muitos são os que tentam negar, descaracterizar e pôr em causa o verdadeiro significado do que foi Abril e do que representa para o povo português. Tentam reescrever a História, branquear a natureza terrorista da ditadura fascista, silenciar a luta heróica dos trabalhadores. Tentam encetar novos ataques à Constituição da República Portuguesa, visando a sua subversão, diminuir e apagar o projecto emancipador que representa.

Pelo que o regime democrático, conquistado com a Revolução de Abril, representou e continua a representar, com importantes direitos e conquistas, comemoraremos Abril defendendo o aprofundamento da democracia, baseada na soberania popular, no pluralismo de opinião e organização política, nas liberdades individuais e colectivas, na intervenção e participação directa do povo na vida política, na fiscalização e prestação de contas do exercício do poder, na defesa da soberania e independência nacionais. Comemoraremos Abril afirmando a democracia e a liberdade, como pertença do povo e com um valor intrínseco. Liberdade que é necessário salvaguardar e assegurar como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa.



A Revolução de Abril, realização do povo português, constituiu um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia do Bonfim, reunida a 15 de Abril de 2021, delibera:

1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base duma política que sirva Portugal e os portugueses.
2. Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, afirmarem o Poder Local Democrático como conquista de Abril e de defesa dos interesses e direitos das populações.
3. Enviar a presente Moção para a Assembleia Municipal do Porto e para todas as forças partidárias nela representadas, caso aprovada por esta Assembleia.

Porto, 15 de Abril de 2021

O Eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária Na Assembleia de Freguesia do Bonfim